



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

317

## **QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

**PROCESSO Nº 0009299-02.2013.8.17.0000 (0313686-1)**

**COMARCA: IGARASSU**

**HABEAS CORPUS**

**IMPETRANTE: ERMÍRIO RIBEIRO DA SILVA FILHO**

**PACIENTES: FÁBIO DELFINO DANTAS E OUTRO**

**PROCURADORA DE JUSTIÇA: EVA REGINA DE A. BRASIL (CONVOCADA)**

**RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO LIMA**

**EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. ALEGAÇÃO DE NEGATIVA DE AUTORIA DO FATO DELITUOSO E DE DESFUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO QUE MANTEVE A CUSTÓDIA CAUTELAR DOS PACIENTES. DECISÃO QUE DENEGOU O RELAXAMENTO DA PRISÃO DO PACIENTE RESTOU BEM POSTA E FUNDAMENTADA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS NÃO SÃO OBSTÁCULOS À DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA SE PRESENTES OS REQUISITOS DO ART. 312 DO CPP. MEDIDA CONSTRITIVA QUE SE IMPÕE COMO FORMA DE GARANTIA DA ORDEM**

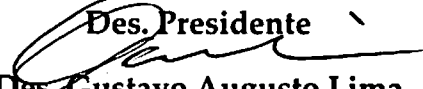
2

1. A alegação de ausência de indícios da autoria do crime não pode ser analisada em sede de *Habeas Corpus*, ante sua natureza perfunctória, sendo exigida a prova pré-constituída.
2. Testificado que a decisão que manteve a prisão provisória dos pacientes se encontra devidamente fundamentada. A primariedade, os bons antecedentes e a residência fixa não são obstáculo à decretação da custódia cautelar dos acusados, desde que presentes os requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Habeas Corpus nº 0313686-1 em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em **denegar a ordem**, nos termos do voto do Des. Relator.

Recife, 01 de 10 de 2013.

  
Des. Presidente  
Des. Gustavo Augusto Lima  
Relator



319

**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

**PROCESSO Nº 0009299-02.2013.8.17.0000 (0313686-1)**

**COMARCA: IGARASSU**

**HABEAS CORPUS**

**IMPETRANTE: ERMÍRIO RIBEIRO DA SILVA FILHO**

**PACIENTES: FÁBIO DELFINO DANTAS E OUTRO**

**PROCURADORA DE JUSTIÇA: EVA REGINA DE A. BRASIL (CONVOCADA)**

**RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO LIMA**

**RELATÓRIO**

Trata-se de *Habeas Corpus* liberatório impetrado pelo advogado Ermírio Ribeiro da Silva Filho, em favor de **FÁBIO DELFINO DANTAS E GILDENIO SOUZA DA TRINDEDA**, sendo apontado como autoridade coatora o Exmo. Juízo de Direito da Vara Criminal da Comarca de Igarassu/PE.

Em resposta ao Ofício nº 245/2013 – GABD/GL, informa a autoridade coatora (fl. 29) que os pacientes foram autuados em flagrante no dia 07/08/2013, sob a alegação de terem cometido as condutas tipificadas nos artigos 33 e 35, da lei 11.343/06, sendo a prisão em flagrante convertida em preventiva no dia 19/08/2013.

Esclarece, ainda, que os autuados foram abordados porque um deles apresentava-se nervoso, o que levou a autoridade policial a suspeitar do seu

*L*

320

comportamento e realizar buscas em torno do veículo em que estavam os pacientes/autuados, resultando na apreensão de 07 tablets de *crack*, totalizando uma quantia de 6,990 Kg de material entorpecente.

Aduz o impetrante, em resumo, que os pacientes estão sendo submetido a constrangimento ilegal em face da autoridade apontada como coatora haver denegado o pedido de relaxamento da prisão sem apresentar nenhuma fundamentação para a negativa.

Alega que não foram apontados, concretamente, os pressupostos da prisão preventiva, elencados no art. 312 do CPP, razão pela qual a medida odiosa é injusta.

Por derradeiro, afirma que os pacientes são primários, possuem endereço fixo e bons antecedentes sociais atestados por grande parte da comunidade onde residem.

A autoridade indigitada coatora prestou informações a fl. 29, juntando os documentos de fls. 25/28.

O pedido de concessão de liminar inexistente, consoante a despacho de fl. 19.

A douta Procuradoria de Justiça lançou parecer às fls. 33/34, opinando pela denegação da ordem.

**É O RELATÓRIO.**

Recife, 01 de 12 de 2013

  
Des. Gustavo Augusto Lima

Relator



321

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima*

**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0009299-02.2013.8.17.0000 (0313686-1)

COMARCA: IGARASSU

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: ERMÍRIO RIBEIRO DA SILVA FILHO

PACIENTES: FÁBIO DELFINO DANTAS E OUTRO

PROCURADORA DE JUSTIÇA: EVA REGINA DE A. BRASIL (CONVOCADA)

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO LIMA

**VOTO**

Sr. Des. Presidente

Sr. Desembargador

Sr. Procurador de Justiça

Cuida-se de Ação Constitucional de *habeas corpus* impetrada pelo advogado Célio Avelino de Andrade em favor de **FÁBIO DELFINO DANTAS E GILDENIO SOUZA DA TRINDEDA**, onde é apontada como autoridade coatora Juízo de Direito da Vara Criminal da Comarca de Igarassu/PE.

A presente impetração está fundada, em síntese, nas alegações de negativa de autoria do fato delituoso, bem como de inexistência de motivos concretos para a decretação da prisão preventiva e de existência de atributos pessoais favoráveis possuídos pelo acusado, estando presente os requisitos necessários à concessão da liberdade provisória.

Consoante relatado, pacientes foram autuados em flagrante no dia 07/08/2013, sob a alegação de terem cometido as condutas tipificadas nos artigos 33 e 35, da lei 11.343/06, sendo a prisão em flagrante convertida em preventiva no dia 19/08/2013.

Pois bem, cumpre ressaltar de início que, diante da natureza perfunctória do *Habeas Corpus*, não cabe analisar, nos estreitos limites do presente *writ*, matéria relacionada à produção probatória. É inerente ao caráter da ação constitucional de *Habeas Corpus* a prova pré-constituída, razão pela qual a análise/percepção da autoria do crime ou da materialidade do delito deve ser concretizada na instrução do feito criminal.

De proêmio, cumpre rejeitar a alegação de falta de fundamentação da decisão que manteve a segregação cautelar do paciente. Com efeito, da leitura da referida decisão, cuja cópia se encontra acostada às fls. 25/26, verifica-se que o magistrado do primeiro grau manteve a prisão provisória do acusado como forma de garantir a ordem pública, tendo em vista o risco de disseminação das drogas, o que acarretaria consequências nocivas à coletividade, avaliando a quantidade da droga apreendida bem como a forma do seu acondicionamento.

É de se concluir, portanto, que a decisão hostilizada, apesar de sucinta, se encontra devidamente fundamentada, não se constituindo, portanto, em ato arbitrário da autoridade impetrada.

Quanto ao suposto direito que teria o acusado de responder o processo em liberdade em face de suas condições pessoais favoráveis, é bem de se ver que a primariedade, bons antecedentes, residência fixa e emprego definido não são obstáculos

para a decretação da prisão preventiva ou manutenção da prisão em flagrante, uma vez verificados os requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal.

Na hipótese vertente, afigura-se irretocável a decisão que manteve a custódia cautelar do paciente, não se configurando, sob qualquer aspecto, a alegada coação ilegal. De notar, inicialmente, que a segregação do paciente se constitui em medida afeiçoada às peculiaridades da demanda, na medida em que se presta a garantir a ordem pública.

Por oportuno registre-se que o Superior Tribunal de Justiça já se manifestou no sentido de que quantidade do entorpecente apreendido, bem como a forma como estava acondicionado, demonstra, com clareza, a perniciosidade da ação delituosa ao meio social, sendo circunstancias suficientes para abalar à ordem pública.

Senão vejamos:

**HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. NÃO-CABIMENTO.**

**COMPETÊNCIA DAS CORTES SUPERIORES. MATÉRIA DE DIREITO ESTRITO. MODIFICAÇÃO DE ENTENDIMENTO DESTES TRIBUNAL, EM CONSONÂNCIA COM A SUPREMA CORTE. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PRISÃO PREVENTIVA. SENTENÇA CONDENATÓRIA QUE MANTEVE A PRISÃO PROCESSUAL. CUSTÓDIA CAUTELAR DEVIDAMENTE JUSTIFICADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRANDE QUANTIDADE DE ENTORPECENTE APREENDIDO. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE FLAGRANTE QUE, EVENTUALMENTE, PUDESSE ENSEJAR A CONCESSÃO DA ORDEM DE OFÍCIO. EXCESSO DE PRAZO PARA O JULGAMENTO DA APELAÇÃO, INTERPOSTA EM 02 DE MAIO DE 2011, JÁ CONCLUSA PARA JULGAMENTO COM O RELATOR. DEMORA INJUSTIFICADA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. ORDEM DE HABEAS CORPUS PARCIALMENTE CONHECIDA E CONCEDIDA.**

1. O Excelso Supremo Tribunal Federal, em recentes pronunciamentos, aponta para uma retomada do curso regular do processo penal, ao inadmitir o habeas corpus substitutivo do recurso ordinário. Precedentes: HC 109.956/PR, 1.<sup>a</sup> Turma, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, DJe de 11/09/2012; HC 104.045/RJ, 1.<sup>a</sup> Turma, Rel. Min. ROSA WEBER, DJe de 06/09/2012; HC 108.181/RS, 1.<sup>a</sup> Turma, Rel. Min. LUIZ FUX, DJe de 06/09/2012. Decisões monocráticas dos ministros LUIZ FUX e DIAS TOFFOLI, respectivamente, nos autos do HC 114.550/AC (DJe de 27/08/2012) e HC 114.924/RJ (DJe de 27/08/2012).



2. Sem embargo, mostra-se precisa a ponderação lançada pelo Ministro MARCO AURÉLIO, no sentido de que, "no tocante a habeas já formalizado sob a óptica da substituição do recurso constitucional, não ocorrerá prejuízo para o paciente, ante a possibilidade de vir-se a conceder, se for o caso, a ordem de ofício."

3. Hipótese em que o Paciente foi preso em flagrante em 30/09/2010, e posteriormente condenado como incurso no art. 33, caput, c.c. art. 40, inciso V, ambos da Lei 11.343/06, à pena de 05 (cinco) anos, 04 (quatro) meses e 24 (vinte e quatro) dias de reclusão, em regime inicial fechado. Isto porque transportava consigo, 55,480 kg (cinquenta e cinco quilos e quatrocentos e oitenta gramas) de maconha, acondicionados em 87 (oitenta e sete) "tijolos", para fins de comércio, sem autorização ou em desacordo com determinação legal.

4. O decreto de prisão preventiva, mantido pelo acórdão recorrido, possui fundamentação idônea, pela indicação de fatos concretos e suficientes para demonstrar o abalo à ordem pública, em face da quantidade do entorpecente apreendido, bem como a forma como estava acondicionado, o que evidencia a prática do crime de tráfico de drogas em larga escala e demonstra, com clareza, a perniciosidade da ação ao meio social.

5. A existência de condições pessoais favoráveis tais como primariedade, bons antecedentes, ocupação lícita e residência fixa, não tem o condão de, por si só, desconstituir a custódia antecipada, quando presentes outros requisitos de ordem objetiva e subjetiva que autorizem a decretação da medida extrema.

6. De outro lado, é certo que o julgamento do recurso de apelação criminal não tem prazo fixado na lei processual. Todavia, evidenciada a demora injustificada no julgamento do recurso defensivo, por fato que não pode ser atribuído à Defesa, é de se reconhecer o constrangimento ilegal por excesso de prazo. Precedentes esta Corte.

7. Habeas corpus parcialmente conhecido e concedido, tão somente, para determinar ao Tribunal de origem que julgue, com urgência, a Apelação Criminal n.º 0010349-56.2010.8.26.0408. (HC 264109 / SP HABEAS CORPUS 2013/0025298-4; Relatora Ministra LAURITA VAZ; Órgão Julgador QUINTA TURMA; Data do Julgamento 10/09/2013; Data da Publicação/Fonte DJe 19/09/2013)

**PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. BENEFÍCIO DE RECORRER EM LIBERDADE DENEGADO. SUBSISTÊNCIA DAS RAZÕES APRESENTADAS PARA A DECRETAÇÃO DA CUSTÓDIA CAUTELAR. PERICULOSIDADE DO AGENTE. EXPRESSIVA QUANTIDADE DE DROGA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. FUNDAMENTAÇÃO SUFICIENTE. RECURSO DESPROVIDO.**

- A jurisprudência deste Tribunal Superior tem proclamado que a prisão cautelar é medida de caráter excepcional, devendo ser imposta, ou mantida apenas quando atendidas, mediante



decisão judicial fundamentada (art. 93, IX, da Constituição Federal), as exigências do art. 312 do CPP. Isso porque a liberdade, antes de sentença condenatória definitiva, é a regra, e o enclausuramento provisório, a exceção, como têm insistido esta Corte e o Supremo Tribunal Federal em inúmeros julgados, por força do princípio da presunção de inocência, ou da não culpabilidade.

- Apesar de sucinta a decisão de primeiro grau trouxe dados concretos a justificar a segregação cautelar do recorrente, considerando-se sua periculosidade ao meio social, diante do seu profundo envolvimento com o narcotráfico, revelado na apreensão, em sua posse, de variada e significativa quantidade de entorpecente (quase cinco quilos de cocaína)

- Ademais, "A orientação pacificada nesta Corte Superior é no sentido de que não há lógica em deferir ao condenado o direito de recorrer solto quando permaneceu preso durante a persecução criminal, se presentes os motivos para a segregação preventiva" (RHC 29.078/GO, Rel. Ministro Jorge Mussi, DJe de 1º.8.2013).  
Recurso desprovido.

(RHC 37427 / SP RECURSO ORDINARIO EM HABEAS CORPUS 2013/0141640-7; Relatora Ministra MARILZA MAYNARD; Órgão Julgador QUINTA TURMA; Data do Julgamento 27/08/2013; Data da Publicação/ Fonte DJe 13/09/2013)

Por tais fundamentos, senhores Desembargadores, senhor Procurador de Justiça, trilhando os mesmos caminhos do parecer ofertado pelo representante do Órgão Ministerial, voto pela denegação da ordem.

Recife, 01 de 10 de 2013

  
Des. Gustavo Augusto Lima

Relator